REVISTA DA ABPN

PSICOLOGIA E RELAÇÕES RACIAIS: SOBRE APAGAMENTOS E VISIBILIDADES

Regina Marques de Souza Oliveira[1]

Maria da Conceição Nascimento[2]

Resumo: O artigo considera a origem do debate na psicologia pelo interesse nos estudos sobre o negro no Brasil. Observa os modos como a ciência organiza os campos de discussão privilegiando grupos empoderados socialmente no cenário nacional e preterindo referências intelectuais inaugurais da discussão sobre o campo e que, como diria Milton Santos, não comungam com comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos, que atropelam os esforços de entendimento do mundo.

Palavras-chaves: psicologia; estudos sobre o negro; crítica social; ideologia e ciência.

PSYCHOLOGY AND STUDIES ABOUT THE BLACK: ON DELAYS AND VISIBILITIES

Abstract: The article considers the origin of the debate in psychology on the interest in studies on black in Brazil. He observes the ways in which science organizes the fields of discussion by privileging socially empowered groups in the national scene and disregarding the inaugural intellectual references of the discussion about the field and which, as Milton Santos would say, do not share pragmatic behavior and technical reasoning, which runs counter to the efforts of understanding of the world.

Key-words: psychology; studies on the black; social criticism; ideology and science.

PSYCHOLOGIE ET L' ÉTUDES SUR LE NOIR: LE INVISIBILETÉ ET LA VISIBILITÉ

Résumé: L'article considère l'origine du débat en psychologie sur l'intérêt pour les études sur le noir au Brésil. Il observe la façon dont la science organise les champs de discussion en privilégiant les groupes socialement autonomes sur la scène nationale et en ignorant les références intellectuelles inaugurales de la discussion sur le terrain et qui, comme dirait Milton Santos, ne partagent pas le comportement pragmatique et le raisonnement technique. compréhension du monde.

Mots-clés: psychologie, études sur le noir, critique sociale, idéologie et science.

LA PSICOLOGÍA Y LOS ESTUDIOS SOBRE EL NEGRO: SOBRE APAGAMENTOS Y VISIBILIDADES

[1] Psicanalista. Psicologa. Psicoterapeuta pelo Instituto de Estudos e Orientaçao da Familia (INEF/SP). Pos doutorado com a pesquisa Violência e Territorio : Saude Mental da Populaçao Negra do Brasil e da Diaspora Africana, Professora Convidada pelo Instituto dos Mundos Africanos na Escola de Altos Estudos em ciências sociais em Paris por Elikia M'Bokolo (financiamento CAPES, 2016). Mestre e Doutora em Psicologia Social (PUC/SP). Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e no Mestrado em Relaçoes Etnicas e Contemporaneidade na Universidade do Sudoeste da Bahia.

[2] Maria da Conceição Nascimento – Psicóloga Clínica. Mestre e Doutoranda em Psicologia Clínica pela Universidade Federal Fluminense/UFF. Orgonoterapeuta pelo Centro Reichiano de Estudos Terapêuticos, REDE, Brasil. Especialialista em Raça, Etnias e Educação no Brasil

Resumen: El artículo considera el origen del debate en la psicología sobre el interés por los estudios sobre el negro en Brasil. Observa los modos como la ciencia organiza los campos de discusión privilegiando grupos empoderados socialmente en el escenario nacional y preterendo referencias intelectuales inaugurales de la discusión sobre el campo y que, como diría Milton Santos, no comulgan con comportamientos pragmáticos y razonamientos técnicos, que atropellan los esfuerzos de entendimiento del mundo.

Palabras-claves: psicología; estudios sobre el negro; crítica social; ideología y ciência.

CRITICA, REFLEXÃO E DEBATE

> *"Qual é a explicação dessa ausência e desse silêncio (de nossa psicologia social) sobre um tema que toca a vida de mais de 60 milhões*[3]** de brasileiros de ascendência africana?" Entrevista com Kabengele Munanga, por Antonio da Costa Ciampa* (Rev.Psicologia e Sociedade; 12, 5-17; jan./dez.2000)

Pensar a psicologia, a clínica contemporânea e suas formas de articulação com a realidade das populações do mundo é fundamental no século 21. Vivemos intensamente os fluxos migratórios das pessoas pertencentes a diferentes grupos étnicos, culturais e sociais. Observamos os territórios da pobreza e da riqueza, da cidadania e da não cidadania. A cidade escura e a cidade iluminada. E como os corpos das meninas negras, corpos negros, se inscrevem no contexto *(mise en scène*) em suas dores, martírios, sofrimentos, alegrias, lutas, conquistas, vitórias e esperanças, diante destes territórios partidos (Oliveira, 2012, p.180).

A migração de africanos na Europa, as decisões políticas do Brext diante da comunidade europeia, a imigração de venezuelanos, bolivianos, haitianos, sírios, congoleses, angolanos, dentre outros, para o território brasileiro obriga a psicologia a posicionar-se diante das discussões históricas e políticas sobre o colonialismo, o escravismo, o preconceito, o racismo, as desigualdades e o racialismo.

Os pesquisadores brasileiros, notadamente os pesquisadores negros filiados a diferentes agências de divulgação técnico-científica, principalmente a Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, tem protagonizado, desde a década de oitenta, produções importantes sobre as discussões que envolvem o contexto da realidade brasileira e a conexão com os movimentos políticos e sociais no cenário mundial no que tange as condições das populações negras, indígenas e povos

[3] * Hoje , em 2018, somos mais de 100 milhões de brasileiros de ascendência africana.

marginalizados e historicamente excluídos, vivendo em condições de graves injustiças e toda sorte de miserabilidades.

A questão do negro, a desigualdade racial e social, historicamente presente nas sociedades do mundo em diferentes localidades, coloca a temática da exclusão, dos direitos civis e da liberdade como tema central nos estudos sobre o colonialismo, e suas diferentes formas de inscrição nas sociedades humanas. Seus impactos, suas decorrências atingem a todos os povos no Brasil e no mundo. O sofrimento inerente a todas as formas de desigualdades produz emocionalidades específicas, modos de subjetivação que influenciam processos de construção de identidades sociais e coletivas. Tais configurações subjetivas e individuais decorrem em políticas ideológicas, princípios políticos normativos, formas de organização social que representam os modos subjetivados de compreender e interpretar o mundo, as organizações e si mesmo.

Sob tal perspectiva, o debate sobre relações étnicas, relações raciais, racismo, políticas públicas deve ser parâmetro basilar para a formação do psicólogo e todos os profissionais da saúde mental e da saúde em geral.

A civilização humana decorre do desenvolvimento do aparelho mental humano. A passagem da evolução das espécies e surgimento do *homo sapiens* promoveu a necessidade de entender o mundo a partir do pensamento. O ser humano foi instado a pensar por si mesmo, ter ideias próprias, argumentativas e críticas. A discussão e o debate são necessários para compreender a realidade e o contexto. O pensamento, condição civilizatória, representa uma das maiores e mais importantes revoluções no nível do desenvolvimento da vida mental e no desenvolvimento das pessoas e das sociedades como um todo.

Por tal dimensão o debate sobre o negro é sempre libertador, porque é a partir destas reflexões argumentativas na historia social do mundo que patamares importantes de acesso a direitos, cidadania e dignidade humana foram alcançados, a partir de politicas e formas de organização social.

A luta por direitos civis nos Estados Unidos, decorreu das lutas e manifestações emancipatórias do povo negro norte americano. Tais preceitos de igualdade e acesso a

direitos repercutiu no mundo todo e fomentou e fomentam a busca por um mundo mais ético, humano e menos desigual em todos os sentidos.

Assim sendo, discutir a clínica psicológica e seus desafetos, implica em discorrer sobre assunto nodal na perspectiva do desenvolvimento humano no nível singular, mas também coletivo; pois no sujeito individual está presente a sociedade. E a relação dialética entre objetividade e subjetividade é inscrição pertencente e inalienável à condição humana nas sociedades contemporâneas.

Portanto, a formação de profissionais da saúde psíquica ou mental, principalmente da psicologia, não pode passar ao largo das discussões sobre racismo e população negra. Este debate é fundamental para as populações mundiais do século 21 e, como já dissemos, as lutas e vitorias do movimento negro, protagonizam a luta comum por igualdade de outros grupos étnicos, culturais e sociais desprezados historicamente. O protagonismo negro que tornou possível a lei 10.639/03, foi igualmente responsável pela lei 11.645/08 que traz o indígena como o grupo étnico importante para a memória e garantia de direitos diante da realidade brasileira desigual e excludente para este grupo étnico do país. Este avanço das políticas públicas e sociais do Brasil é tido como exemplo a ser seguido, conforme estudiosos europeus vêm demonstrando e afirmando em seus estudos sobre colonialismo global e África contemporânea, como refere Elikia M'Bokolo (2016) em seus seminários da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris, bem como em atividades realizadas pelo mundo todo e em diferentes países africanos nos quais é convidado a proferir conferências.

No mesmo sentido, quando Rosa Parks negou-se a conceder lugar no coletivo urbano para um homem branco, ela e o movimento negro disparam a luta por direitos civis nas Américas. Esta luta que começou por razões anti-segregacionistas e raciais protagonizou umas das maiores vitorias de acesso aos direitos civis nos Estados Unidos com repercussão e transformações em todo o cenário mundial.

O interesse do mundo pelo cenário de suposta integração étnica no Brasil, financiou estudos importantes sobre a condição do negro no Brasil e o mito da democracia racial – o projeto UNESCO na década de 1950. De norte a sul do país foram

realizadas pesquisas que promoveram largo alcance interpretativo das condições de desenvolvimento de nossa sociedade e a empiria diante da realidade negra e branca brasileira descortinou o fantasma do núcleo patológico de nossa perversa sociedade: o racismo e o racialismo brasileiro (Oliveira, 2013).

Quando Florestan Fernandes diz em uma de suas varias entrevistas publicadas no Brasil durante a década de oitenta que o significado do protesto negro é o fermento para todas as revoluções e transformações sociais, porque ele sintetiza o sofrimento daquele que foi mais martirizado, sendo, portanto, aquele que abarca o desejo comum por igualdade entre todos os povos e culturas mundiais (Fernandes, 1989), ele informa sobre o efeito mutacional das sociedades e dos indivíduos humanos. Sob tal circunstância, toda revolução e protagonismo individual e coletivo se inscreverá a partir do pioneirismo negro e principalmente das mulheres negras (Oliveira, 2012).

As mulheres negras serão as protagonistas, nas sociedades mundiais e no Brasil, a romperem com a logica da subjugação. Elas serão as responsáveis pela sobrevivência da cultura negra africana. Embalando suas crianças e seus parceiros, elas os retirarão da miséria da condição de não humanidade quando os trazem em seus ventres – no caso as crianças – e cantarão as cantigas do fundo de suas almas, a fim de salvaguardar a mínima moral de seus homens nos navios que atravessam o Atlântico.

A segregação sócio espacial no Brasil ocorrerá a partir das grandes cidades brasileiras, e as mulheres negras, no período pós-abolição, foram as que primeiramente (antes de seus companheiros negros) ocuparam as ruas das cidades, formaram as feiras, instalaram suas barracas e tabuleiros de quitutes e exerceram atividades de cozinhar, passar e organizar as casas das senhoras brancas das cidades que surgiam no contexto brasileiro. Elas conseguiram organizar o trabalho social de seu grupo étnico, e acolher os amigos e familiares no sustento efetivo das necessidades materiais e emocionais que seu povo – sua família sempre grande e extensiva – demandava. Elas ocuparam os centros das novas cidades brasileiras. Ajudaram a desenvolver a urbe fomentando o seu comércio e a economia. Ocuparam os locais de circulação financeira. No entanto, por conta da segregação racial e sócio-espacial, foram expulsas desses territórios de abrangência de luta e de produção de vida e trabalho. Gradativamente as mulheres

negras, as pessoas negras, foram sendo empurradas para as periferias das cidades. Restando a esta população negra, o isolamento nos territórios de segregação e violência.

A segregação racial e urbana nas cidades brasileiras para as populações negras representou movimento diverso da segregação norte americana e do *apartheid* na África do Sul. Nas duas realidades houveram segregações legitimadas, leis foram instituídas tornando legal a separação entre brancos e negros. No Brasil a segregação racial e urbana manteve vantagens materiais e simbólicas aos segmentos sociais brancos. Aos negros, sobretudo aos subproletariados, são destinados os últimos lugares das cidades no Brasil, em condições de precariedade ou a ausência de infraestrurura urbana (Oliveira b, 2017, p.108).

Esta condição – racismo, psiquismo, segregação urbana e racial – é preterida pela psicologia. Porque confere complexidade que deve necessariamente implicar a atuação do psicólogo clínico no desvendamento da sociedade brasileira, para compreender os processos de produção subjetiva dos sujeitos negros e brancos nas sociabilidades, nos espaços coletivos e na dimensão individual.

É a partir da análise do contexto do campo epistemológico em ciências sociais, as formas de interpretar o "apartheid" brasileiro, que podemos afirmar o descompromisso histórico da psicologia e principalmente na clinica com o sofrimento das populações negras.

O desafeto da psicologia clínica está enredado com o contexto de mistificação da sociedade brasileira. Ela comunga com o aparato ideológico que separa negros de brancos e empurra os primeiros para cada vez mais distantes das zonas de pertencimento social comum aos brancos e, por conseguinte, mais providas dos equipamentos sociais básicos para a vida individual e coletiva (escolas, centros de lazer, hospitais, postos de saúde, serviços em geral, comércio, entre outros).

O médico psiquiatra Arthur Ramos, discípulo de Nina Rodrigues, embora estudioso da cultura africana, considerou que a igualdade do negro em termos intelectuais ao branco europeu estaria fadada a realizar-se a partir da inserção do negro no contexto educativo, pois sua cultura e primitivismo religioso eram aspectos que

seriam remodelados a padrões civilizacionais mais adequados. Isto significa que Arthur Ramos – o precursor da psicologia, no âmbito das relações raciais – negou o elemento constitutivo mais importante de um povo e grupo étnico. Ao negar a cultura e religiosidade do povo negro africano, ele negou nada menos que a própria condição psíquica e o elemento civilizacional e humano da população negra: sua linguagem, suas tradições, sua cultura (Oliveira, 2008). O pacto de Arthur Ramos, embora menos explícito que o de Nina Rodrigues, era indubitavelmente com a ideologia do embranquecimento da sociedade brasileira, negando a importância do pertencimento étnico africano para a formação do povo brasileiro. Considerando que "o mal da mestiçagem é um mal mais social do que orgânico" (Ramos, 1939, p.12), Arthur Ramos buscava reatualizar a obra de seu antecessor (pai intelectual), Nina Rodriguez (Echazabal, 2006, p.111).

O maior desafeto da psicologia clínica brasileira é a queda do mito da democracia racial. Pois em geral psicólogos brasileiros mal se dão conta de como abordar a ironia hipócrita da sociedade brasileira que funda e organiza configurações emocionais. A hipocrisia reside no fato de que todos no Brasil reconhecem que o mito é existente, real e reacionário. No entanto pouco se preocupam com o desenvolvimento de práticas e ações que se comprometam a alterar os currículos de formação do psicólogo cuja base filosófica, social e política é extremamente precária.

Recentemente o Conselho Federal de psicologia organizou material importante de "Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos nas Relações Raciais" (CFP/CREPOP, DF, 2017). O material é rico no que tange a dimensão histórica, conceitual, política e ideológica da temática racial.

Igualmente, no âmbito do racismo institucional, interpessoal e pessoal o material apresenta-se bem organizado e estratégico para a compreensão básica dos conceitos abordados. O material – referências técnicas para a atuação do psicólogo - apresenta-se em cinco eixos discursivos que pretendem dar conta das necessidades de abordar tema tão caro para a população brasileira como um todo.

O guia, embora surgido no ano 2017, segue os preceitos importantes de pesquisas já formuladas no campo psicológico e referendadas na primeira década dos

anos 2000. Tais pesquisas, embora uma delas premiada pelo Edital de Publicação de Obras Importantes de Autores Negros através do Ministério da Cultura e Fundação Biblioteca Nacional (Minc/FBN) em 2012[4], não tiveram a visibilidade e o alcance que o material do Conselho Federal está destinado a possuir.

Estes preceitos e indicativas sobre a psicologia no campo das relações raciais foram compilados por Souza Oliveira (2003; 2008), em suas pesquisas na psicologia social, sobre identidade e desenvolvimento psíquico em crianças e adolescentes no Brasil e na França. E estão disponíveis no produto da pesquisa de dissertação de mestrado (2003) e tese de doutorado (2008), na psicologia, além de artigos em livros e revistas que compõem a trajetória da pesquisadora.

Utilizando as referências da antropóloga Josildeth Consorte, a partir do artigo "A questão do negro: velhos e novos desafios" (Consorte, 1991), a pesquisadora da psicologia formula quadro norteador de pesquisas sobre o negro no Brasil a fim de traçar as necessidades epistemológicas para o trabalho do psicólogo que discute identidade e atua na clínica psicanalítica com crianças, famílias e apoio a equipe pedagógica na escola infantil (crianças e 0 a 6 anos). Além dos estudos de Consorte, a pesquisadora utiliza as bases de referências da obra "Cem Anos e Mais de Bibliografia sobre o Negro no Brasil", organizada por Kabengele Munanga (2000).

O debate no inicio dos anos 2000 foi o marco regulatório, digamos assim, para a ascensão do interesse de desenvolvimento de pesquisas na psicologia sobre relações étnico-raciais no cenário brasileiro.

Souza e Oliveira (2003; 2008) organizam através das ciências sociais e antropológicas as bases conceituais da origem dos estudos sobre o negro no Brasil para o desenvolvimento do trabalho do psicólogo. A pesquisadora finaliza o quadro conceitual a partir do debate promovido por Antonio da Costa Ciampa (ícone nacional e internacional da pesquisa psicológica social brasileira em identidade) sobre o

[4] Psicanalise infantil : identidade e relaçoes raciais de Regina Marques de Souza Oliveira é fruto de sua dissertaçao de mestrado em psicologia social e aborda questoes da psicanalise infantil na clínica com crianças de 0 a 6 anos. Artigo referente ao livro premiado pela Fundaçao Biblioteca Nacional foi publicado no livro Educaçao e Relaçoes Raciais de Iolanda Oliveira e Marcia Maria de Jesus Pessanha, vol. 2, Editora Universidade Federal Fluminense, RJ/Niteroi, 2016.

(não)interesse dos psicólogos em discutir as relações étnicas e raciais no contexto da formação da identidade e subjetividade dos brasileiros. A entrevista de Munanga realizada por Ciampa no ano 2000, "Qual é a explicação dessa ausência e desse silêncio (de nossa psicologia social) sobre um tema que toca a vida de mais de 60 milhões de brasileiros de ascendência africana?" foi publicada em um dos periódicos mais conceituados nacionalmente e internacionalmente da psicologia brasileira: Psicologia e Sociedade – ABRAPSO, vol.1/2, jan/dez, 2000.

Na psicologia social, esta entrevista abre e traça um panorama crítico e disparador no movimento da produção científica acadêmica no campo "psi" e das relações étnico-raciais. A psicologia acaba por afetar-se com esta densa crítica e debate, e promove durante a primeira década do novo século uma grande abertura para uma transformação nunca antes vista no contexto da pesquisa em psicologia social e estudos sobre o negro no Brasil. Neste período os psicólogos começaram a buscar com mais intensidade o diálogo com as ciências sociais e antropológicas para produzir pesquisas no âmbito acadêmico. Este período, inicio dos anos 2000, representou um verdadeiro divisor de águas que demarcou o formal nascimento do interesse de estudiosos da psicologia pelas questões étnicas e raciais. Neste período, a efervescência técnico-científica no campo psicológico que o debate promoveu, produziu e resultou em um grande número de dissertações de mestrado e teses de doutorado presididas e arguídas principalmente pela tabelinha Ciampa, Kabengele Munanga e Josideldeth Consorte, no cenário de São Paulo.

Não é por acaso que o texto de Referências Técnicas para a Atuação de Psicóloga(os) e Relações Raciais aponta que a área mais expressiva de produção psicológica e relações raciais é o campo da psicologia social (CFP/CRP/CREPOP, 2017, p. 90). Sem dúvida a efervescência do debate promovido no final da década de noventa e nos primeiros anos de 2000, principalmente pelo Núcleo de Pesquisa Identidade, na PUC/SP, mas também em outros que discutiam a partir do materialismo histórico as lutas do movimento negro no Brasil e no mundo. Também através da Escola Filosófica de Frankfurt, as dimensões políticas no contexto brasileiro, norte americano e mundial, tinham espaço garantido, principalmente pelo fato de Angela Davis ter estudado com Herbert Marcuse e haver se tornado uma expressiva militante mundial

pelos direitos humanos, das mulheres e dos negros. Além disto, na PUC/SP, em décadas anteriores, professores vinculados ao projeto Unesco, como Florestan Fernandez e Otavio Ianni, haviam construído tradições de debate e pesquisas sobre o contexto brasileiro e as relações raciais. Inegavelmente, o Núcleo de Identidade conduzido pelo Professor Antonio da Costa Ciampa, o Núcleo da Escola Filosófica de Frankfurt, conduzido por José Leon Crochik e Odair Sass, o Núcleo Dialética Exclusão e Inclusão, conduzido por Bader Sawaia, o Nucleo de Estudos em Genero, Raça e Idade, conduzido por Fulvia Rosemberg e também o Núcleo Psicanálise e Sociedade conduzido na época por Raul Albino Pacheco Filho e Miriam Debieux Rosa trouxeram debates expressivos sobre a condição do negro no Brasil e acolheram inúmeros pesquisadores vindos de toda a parte do país para aprimoramentos na PUC/SP. Isto sem contar que neste período a Professora Silvia Lane, ainda viva, e Iray Carone eram expressões importantes nas inscrições colaborativas da psicologia social da PUC/SP no debate social sobre as questões afetas ao país, com a efervescência das lutas do movimento negro que logo e seguida terá uma de suas mais expressivas conquistas no cenário nacional com grandes repercussões internacionais: a Lei 10.639/03.

Tudo isto acontecia no Brasil e na psicologia, no início dos anos 2000. A primeira década deste milênio foram os mais impactantes para a psicologia, resultando em uma consciência política oriunda do movimento negro, que possuía escuta nos meios acadêmicos distintos da Universidade de São Paulo.

O material de referência do CFP/CRP/CREPOP (2017) é muito importante. Porque reitera o anteriormente formulado por outros pesquisadores do campo em período expressivamente anterior:

> A base literária e epistemológica para a atuação e formação do psicólogo no contexto brasileiro de maioria populacional negra, deve pautar-se na produção densa e rica dos estudos sobre o negro no Brasil advinda da trajetória longa e inaugural das ciências sociais, antropologia e historia que compilaram conceitos e construíram bases literárias fundamentais para os estudos sobre o negro no Brasil (Oliveira, 2008).

Enquanto documento de referência, no que tange aos aspectos epistemológicos das construções da psicologia para a dimensão emocional, individual (singular) e subjetiva – no caso, a psicologia clínica - não há apontamentos epistemológicos que

possam referendar a ampliação do campo clínico da psicologia que é o sofrimento psíquico decorrente da violência traumática de uma sociedade racista e racializada em todos os seus âmbitos.

A conclusão do documento sobre a lacuna da psicologia clínica é preocupante e fundamental para a compreensão do psiquismo da população negra, suas formas de adoecimento emocional e repertorio de resistência e enfrentamento do racismo. O desenvolvimento de pesquisas da psicologia, notadamente no estado da Bahia, em cursos de graduação na formação de psicólogos na abordagem clínica tem observado:

> Os problemas da saúde mental da população negra estão para esta ordem: a) negação da memória pública da escravização por parte da sociedade global; b) a condição do hibridismo humano tornado solução para o "desaparecimento" das diferenças e não como "necessidade" de compreensão da diversidade como genuína na ordem do mundo aqui existente; c) a exigência cultural hegemônica do mundo ocidental da formação de um psiquismo que privilegie a primazia da superioridade de uma "raça" sobre outra. Estes são os princípios reguladores da condição emocional da saúde mental da população negra, observando que as raízes destas condições estão no cerne da historia do processo civilizatório da sociedade humana (Oliveira, 2016, p.36).

Em termos psicoemocionais a constituição psíquica humana se faz a partir da historia no processo civilizatório. Esta historia tem repercussões formativas no aparelho psíquico humano, para além e em parceria íntima com os modos como a "mãe", ou a figura representativa dela e seus substitutos apoiadores, seguram e acolhem o bebê, trazendo para a criança a marca e o registro das mais arcaicas experiências milenares na ordem do mundo (Oliveira, 2016, p. 31).

Os modos como as mães carregam seus bebês ao colo é efetivamente o caldo cultural, étnico e racial que a sociedade apresenta. O colo materno é necessariamente o colo social, a sustentação emocional que passa necessariamente pelo advento da cultura, da política, dos direitos humanos, enfim da organização social. Portanto, pensar a clínica psicológica pautada na dimensão étnica e racial é considerar a formação psíquica humana a partir destas premissas sócio históricas.

Neste processo, de compreensão e formulação de uma clínica psicológica capaz de sustentar o sofrimento psíquico do racismo e das perversões de um contexto de civilização branca europeia, o psicólogo e profissional de saúde mental precisa

compreender que a noção de aparelho psíquico se funda a partir das premissas sociais e inscrição do sujeito no contexto social e coletivo. Banhado pela cultura e pela etnicidade, que também inclui a racialidade, o racismo, e toda gama de dificuldades sociais emocionais.

Portanto, as ações políticas da psicologia são importantes para o acesso das pessoas negras e não negras a uma clínica do psiquismo que considere, que seja capaz de interpretar, a emergência da contemporaneidade no contexto social. O que implica dizer: étnico, racial, cultural, político, histórico.

Sendo assim, o documento de referência enquanto ação política, cumpre com sua função: é sintético, compreensivo e de fácil leitura. Produz a coerência da consciência da violação que a psicologia permite dentro de seu fazer cotidiano, quando é omissa na sua atuação diante do tema relações étnicas e raciais e quando faz pactos com a hegemonia dos poderes vigentes (em geral é o que a psicologia mais faz – diga-se: os psicólogos mais fazem).

O material de referência deve ser saudado com um grandioso: - Viva!!!

No entanto sentimos falta de uma análise que considerasse um recorte cronológico importante para a produção expressiva do âmbito psicológico como foram os primeiros anos do inicio do novo século. Se em 1900, inicia-se, com Nina Rodrigues, uma escola de pensamento psicológico (Souza, 2003, p.20; Oliveira, 2008, p.30 e CFP/CREPOP/Referências Técnicas para a atuação de psicólogas/os, p.79), não seria emblemático tentar mapear e iniciar o levantamento da produção psicológica sobre o negro e relações raciais a partir do ano de 2000, década tão emblemática para o Brasil e para a psicologia?

Nossa observação se justifica pelo fato de que o recorte cronológico utilizado pelo fundamental documento de referência para atuação de psicólogos na abordagem étnica e racial, não expressa a força do inicio da produção e alteração do quadro de desenvolvimentos de pesquisas e publicações no campo psicológico e relações raciais.

O recorte realizado pelo documento torna invisível a produção de mais de uma década do inicio dos anos 2000, as quais representam justamente o período mais

importante das pesquisas psicológicas sobre o negro no Brasil (Oliveira, 2008, p.30), porque são inaugurais do novo século. Além disso, neste período observamos alterações paradigmáticas na condução política e investimentos significativos no âmbito federal para desenvolvimento nacional do país. Estas políticas promoveram impactos também nesta primeira década do novo século no que tange a produção científica brasileira.

Em nossa consideração, o recorte cronológico de levantamento de literaturas sobre psicologia e relações raciais de 1987 a 1997, o estudo publicado em 2012 que resgata as origens do pensamento psicológico brasileiro, bem como a análise das perspectivas emergentes da produção psicológica da USP no ano de 2015 (CFP-Relaçoes Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos, 2017, p.79-80) não dão conta de apresentar para os psicólogos do Brasil como ocorreu a inauguração do campo do debate e primeiras inscrições do pensamento psicológico no inicio do novo século na sociedade brasileira.

Ao preterir as inscrições psicológicas organizadas no período de mais de uma década (2000 a 2011), o documento privilegia apenas as referências de pesquisas inaugurais na psicologia da Universidade de São Paulo[5].

Sabemos que em São Paulo as produções da Universidade de São Paulo, na psicologia, sempre foram escassas no âmbito das discussões étnicas e raciais conforme Munanga (2002) e Ciampa e Munanga (2000).

Para quem acompanha de perto as evoluções no processo de produção do conhecimento no âmbito dos estudos sobre o negro no Brasil, no contexto paulista, no final da década de noventa e na primeira década de 2000, o protagonismo de produção psicológica entre dissertações e teses de psicologia sobre o tema não é escasso[6] na Pontificia Universidade Catolica de São Paulo, na psicologia social materialista

[5] O recorte cronológico é organizado pelas publicaçoes de Ricardo Franklin, que organiza a revisao no periodo de 1987 a 1997 – portanto antes dos anos 2000 – Alessandro de Oliveira Santos (2012) e Lia Vainer Schucman, Sylvia da Silveira Nenes e Eliane Silvia Costa (2015). Todos, com exceçao de Sylvia, pesquisadores da psicologia na Universidade de Sao Paulo.

[6]Em termos comparativos a produção psicológica sobre questões raciais na Universidade de São Paulo. Principalmente no Programa de Mestrado e Doutorado da Psicologia Social, nos diferentes núcleos de abordagens: Identidade, Psicologia Politica, Psicologia do Adolescente, Psicologia e Exclusao, enfim.

histórica - "Escola de São Paulo"[7] (Monteiro, 2000) a qual, é preciso dizer, é pioneira e possui tradição nos estudos sobre relações raciais, relações étnicas, racismo e preconceito, discriminação, exclusão e relações raciais e identidade negra (Oliveira, 2008, p.38).

Igualmente no período suprimido, no contexto do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, houveram produções importantes em universidades conceituadas como Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal da Bahia. No período não abrangido pelo levantamento dos especialistas que organizam o importante material pode-se pesquisar, sem muita dificuldade, dissertações e teses sobre a temática nos três estados mencionados. Incluindo estudos tanto no Rio de Janeiro, como em Minas Gerais e em São Paulo, fora da USP, produções que abordam a dimensão racial e a psicologia. A defasagem apontada no manual técnico no que tange a psicologia clinica é verídica. No entanto, como a pesquisa não abrangeu período de produção psicológica sobre relações raciais entre 2000 e 2011 no cenário nacional, importantes produções ficaram sem visibilidade. Por exemplo, os trabalhos de Maria Conceiçao Nascimento, "Consideraçoes sobre o Racismo e Subjetividade: problematizando praticas/desnaturalizando sujeitos e lugares", dissertação de mestrado em psicologia clínica na Universidade Federal Fluminense, 2005; Regina Marques de Souza, "Sobre crianças no espaço hibrido da esperança: reflexões sobre a psicanalise e psicologia social", dissertação de mestrado defendida em 2003, na Pontificia Universidade Catolica de São Paulo sobre identidade da criança negra e aportes clínicos da psicanalise. O texto foi premiado pela Fundação Biblioteca Nacional, em 2013 para publicação de livros de escritores negros em co-autoria com o Ministério da Cultura e a FBN/Rio de Janeiro.

A tese de doutorado em psicologia em co-tutela entre a PUC/SP e o Laboratorio de Psicologia Social da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris/França, "A identidade de Jovens Negros nas periferias das Metrópoles: recortes entre São Paulo e Paris", (Oliveira, 2008), e outras produções importantes da psicologia na UFBA, como "Vivências da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude

[7] Termo cunhado por Maritza Monteiro, venezuelana, durante congresso internacional da SIP – na dédaca de 80 (Sawaia, 2000).

entre indivíduos brancos", dissertação de Lucio Otavio Alves Oliveira, 2007 e na psicologia da UFMG, "Negros e negras na publicidade televisiva na ótica das educadoras negras da rede municipal de educação de Belo Horizonte", 2005, de Rosalia Estelita Diogo, são algumas referências que sinalizam sobre o contexto de produção da psicologia de estados com tradição em pesquisas acadêmicas sobre relações raciais (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais).

Consideramos que o guia de Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo cumpre eficazmente sua função, mas ao suprimir o período da primeira década do inicio do século deixa de demonstrar as análises que inauguraram o debate formal da psicologia a partir de um novo olhar surgido a partir dos anos 2000.

Como o documento demostra, o nordeste tem se protagonizado como a região que mais produziu e avançou nas pesquisas no tema em questão (CFP/CRP/CREPOP, 2017, p.90).

Em se tratando de um órgão de classe a nível federal, o Conselho Federal de Psicologia, precisa ampliar o olhar da produção sobre o tema em diferentes regiões do Brasil sem buscar prevalecer o olhar e as discussões do debate paulista; o qual não é e não pode ser a referência principal ou primordial norteadora do estado da arte da produção brasileira.

Mesmo utilizando os indexadores de dados por periódicos científicos e banco de dados da CAPES, o documento restringiu, na escolha do período a ser observado, a análise do contexto mais emergente da produção psicológica brasileira.

Como dissemos, a Universidade de São Paulo e seus protagonistas em pesquisa são, infelizmente, poucos no contexto da produção paulista e nacional. Há lideranças acadêmicas e do movimento negro, que realizaram em outras universidades de São Paulo importantes estudos no campo psicológico sobre relações raciais. Embora observe-se que o corpo de especialistas convidados para elaborar o documento seja também oriundo de outros estados importantes para o desenvolvimento do tema na psicologia, pouco se nota o efetivo da produção existente nestas outras localidades no documento apresentado.

Acreditamos que por medida de resistência a todas as formas de hegemonia e relações de desigualdade, precisamos considerar que São Paulo não é o único centro de produção intelectual no Brasil. As políticas públicas e educacionais no ensino superior a partir do ano 2000, o impacto positivo de maior abrangência e acesso ao ensino superior e protagonismos do movimento negro (lei 10.639/03, estatuto da igualdade racial, política nacional de saúde integral da população negra, cotas raciais nas universidade públicas federais, diretrizes nacionais para educação escolar quilombola, entre outras políticas de abertura e desenvolvimento social geral), causaram impactos expressivos no ambiente e produção acadêmica em todo o contexto nacional. Ao menos três destas políticas de grande impacto na produção de pesquisas ocorreram entre o período de 2000 a 2010.

Por tal razão nossa análise é de que ao elaborar documento tão importante como este, é preciso tentar cumprir com a difícil tarefa de não subordinar e restringir o panorama da realidade brasileira ao olhar restritivo de um grupo de excelentes especialistas.

Como se afirma no documento, do ponto de vista regional, o Nordeste tem se destacado na pesquisa de pós-graduação sobre o tema, vindo o Sudeste em segundo lugar (CFP-Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos, 2017, p.90).

Vários especialistas do campo "psi" se deslocaram de seus centros de origem para buscar no Sudeste, principalmente no Programa de Psicologia Social da "Escola de São Paulo", materialista histórica, formação voltada para as discussões sobre o negro (Oliveira, 2008, p. 38) e ao retornarem para seus estados, orientaram pesquisas que incrementaram o primeiro lugar no ranking de produção acadêmica do campo na região nordeste.

Igualmente, o estado da Bahia tem sido em certo sentido vanguarda na organização de ações que fortalecem a historicidade da psicologia no que tange a visibilidade das produções gerais que tratam o tema das relações raciais (CFP-Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos, 2017, p.102).

Desde o ano de 2005, portanto, fora do período do recorte cronológico eleito pelos especialistas do Conselho Federal de Psicologia, o estado da Bahia organiza o Guia de Referências 'Psicologia e Relações Raciais'. Os especialistas que assinam o dossiê do CFP por alguma razão não escreveram a data/ano em que os trabalhos do CRP/03 desenvolve-se sob a perspectiva ora debatida (CFP-Referências Técnicas para a Atuaçao de Psicologos, 2017, p.102). Cabe perguntar: O não registro da data de inicio das atividades seria então um artificio para fortalecer algumas visibilidades acadêmicas e regionais em detrimento da potência e arrojo de outras realidades em geral, no circuito hegemônico das relações de poder inerente ao ambiente técnico científico, ou um simples lapso ingênuo e não premeditado destes especialistas majoritariamente paulistas?

No caso da Bahia, até os dias de hoje o guia vem passando por primorosa reatualização na catalogação de obras importantes do cenário nacional. A bibliotecária Rosaline Barreto Otero compila com cuidado as obras novas no cenário nacional que chegam ou são compradas pela Biblioteca do CRP/03. O acervo do CRP/03, organizado por esta competente bibliotecária apaixonada pelo tema da psicologia e relações raciais é um verdadeiro centro de pesquisa especializado sobre o tema no coração de Salvador.

Os dois documentos que referendam tecnicamente o trabalho do psicólogo – Guia de Referências Psicologia e Relações Raciais, desde 2005, atualizado até o ano de 2017 por Rosaline Barreto, bem como as Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogas (os), CFP/CRPs/CREPOP, Brasilia, 2017, demonstram as lacunas expressivas no campo clínico.

O campo clínico é transversal e interdisplinar pois exige diálogos intersetorias com agentes escolares, instituições e profissionais de saúde e contextos comunitários e associativos, principalmente no campo das relações raciais.

Construir instrumentos na psicologia clinica que favoreçam a abordagem étnica e racial e a saúde psíquica da população negra é necessidade mais que urgente diante da violência da escravização e genocídio do negro e indígena realizado pela sociedade branca ocidental (Oliveira, 2016, p. 27), a partir de comportamentos simbólicos de representação de branquitude.

A violência simbólica do racismo se inscreve na psique na população negra, nos séculos de sofrimento da historia da diáspora negra no Brasil e no mundo. Este sofrimento é inerente ao ser negro, como já nos dizia a pioneira no campo psicológico clinico a Doutora Neusa Santos Souza, do tão citado livro "Tornar-se negro", fruto de sua pesquisa acadêmica no Instituto de Medicina Social na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, publicado no inicio da década de oitenta.

Diga-se de passagem, a Doutora Neusa Santos era psicanalista negra, renomada, citada, recitada, em inúmeras teses e dissertações no cenário acadêmico brasileiro do campo da historia, antropologia, ciências sociais e educação. Mas pouco citada, quase nunca conhecida nas faculdades de graduação e pós-graduação em psicologia.

Izildinha Batista Nogueira, no contexto paulista da Universidade de São Paulo, contemporânea de Neusa Santos Souza também é psicanalista negra citada e recitada pelos mesmos estudiosos do campo: historiadores, cientistas sociais, educadores e alguns poucos psicólogos sociais. No âmbito da psicologia, ela também passa ao largo para estudantes de psicologia principalmente da graduação. Mas ainda chega a ser mais acessível que Neusa Santos, no sentido de que possui um artigo publicado no clássico livro Psicologia Social do Racismo, cuja primeira edição saiu em 2000.

Desde 1900, período em que se iniciam os estudos sobre o negro no Brasil, tamanhos foram os avanços nas lutas dos movimentos negros e construções epistemológicas. Galgou-se a vitória em diferentes campos de interesse sobre relações étnicas e raciais no Brasil (Oliveira, 2012, p.175).

No entanto no âmbito da psicologia e principalmente da psicologia clínica nada se operou de diferente ou de consistente. O desafeto da clínica psicológica se impõe e silencia durante anos a fio. E estranhamente, ela, a psicologia clínica não é cobrada por sua omissão da verdade que salta aos olhos e afeta o coração de mais de 100 milhões de pessoas com ascendência negra.

Por que são os psicólogos clínicos acríticos sobre sua prática e representação social no campo da subjetividade das populações negras e indígenas no Brasil?

Qual pacto que estabelecem com a negação da verdade sobre os processos de constituição subjetiva e formas de sociabilidades entre negros e brancos no estado nacional?

A clínica da subjetividade e singularidade do negro brasileiro e a compreensão das formas de subjetivação na contemporaneidade que afetam toda a população não negra a partir dos processos de interação social e formas de sociabilidades entre negros e brancos continua sendo a caixa preta não revelada da ciência psicológica brasileira. Qual é o recalque, o tabu e o trauma da psicologia clínica brasileira? Seria o complexo de superioridade – signo da branquitude – que impede o acesso à consciência daqueles que exercem a clínica em psicologia?

Estando a clínica no divã, algumas ideias nos servem para romper com o silêncio e omissões da psicologia clínica e o negro no Brasil, na tentativa de provocar a ruptura de pactos servis que a ciência psicológica, sempre estabeleceu com as elites brancas de nosso país.

Por tal razão, a consciência de equalizar os locais de saber e poder na construção de uma ciência psicológica assentada em uma verdadeira ética, tal consciência (ética e política) passa necessariamente pelos modos de apresentação de epistemologias e dos protagonistas que constroem as mudanças no campo. Os pactos com o poder e as omissões do saber para manter os privilégios de relações verticalizadas e hierarquias locais e regionais na divulgação ou omissão do conhecimento no campo "psi", devem ser desfeitos em prol do alargamento do desenvolvimento para a população brasileira como um todo. É por este compromisso ético político com a psicologia brasileira e população negra que desgastamos longa incursão sobre as referências de atuação do psicólogo.

Se existem apagamentos da memoria psicológica sobre os que desbravaram o campo, sem necessidades de louros e glorias, e chamaram a atenção para as condições do processo produtivo da ciência psicológica, e concomitante existe também a primazia de alguns que se elegem como os principais pensadores do campo, o pacto que aqui se inaugura, independente de regionalismos e bairrismos entre escolas de pesquisa em psicologia, é o compromisso ético e político de uma psicologia e de uma clínica

psicológica ancoradas na realidade do sofrimento singular do ser negro. Este esforço por si só já nos inicia com grande emoção e sensibilidade. Compartilhar estes produtos da clínica psicológica sobre o negro no Brasil é a função do início de uma transformação neste campo.

Como vimos, a psicologia, e a clínica psicológica brasileira possuem inúmeros desafetos com o grande contingente de mulheres negras, homens negros, crianças, jovens e idosos negros. Pois desconhece e despreza, na formação curricular de seu aluno de psicologia, qualquer base epistemológica que apresente o contexto sócio político da colonização, escravismo e povos africanos. As decorrências do massacre e genocídio negro e indígena e os impactos históricos do processo de escravização do africano no Brasil estruturam a base formativa do psiquismo do brasileiro – seja ele negro, branco ou indígena – e impactam em todas as formas de sociabilidades, pensamentos, emoções e objetividades e subjetividades inscritas nas instituições e processos de tomada de decisões políticas individuais e coletivas, privadas e publicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epigrafe do inicio deste texto apresenta o escopo mais característicos do clima produtivo e alvoroçado que a psicologia brasileira viveu no prenuncio do novo século 21. Com uma economia que parecia se tornar emergente, as ondas do movimento social negro impulsionavam as transformações em diferentes campos e também nas ciências.

As discussões sobre politicas publicas que concretizassem o desejo de mudança social no Brasil trazia reflexões para uma práxis transformadora da sociedade brasileira e também da psicologia.

Este período foi emblemático para a ciência psicológica porque antes a critica e desenvolvimentos neste campo cientifico eram significativamente inexpressivas.

O debate sobre sociedade brasileira e identidade eram efetivos e formavam a base de um pais recém saído do governo militar, e os movimentos de esquerda e centro, compunham as bases que viriam assumir a liderança politica no contexto nacional.

Antonio da Costa Ciampa, expressão intelectual da pesquisa em psicologia social sobre identidade, e Kabengele Munanga, expressão intelectual nos estudos antropológicos sobre o negro, por certo que ajudaram a desbravar o campo de discussão na psicologia.

A critica a uma psicologia alheia a sua realidade foram a base reflexiva e argumentativa do pensamento destes intelectuais brasileiros em seus campos de atuação.

Na entrevista que estes dois grandes mestres publicaram em 2000, há ainda muitas provocações para a psicologia desbravar: a) o campo da razão e da emoção devem ser vistos como irmãos gêmeos em qualquer campo do conhecimento; b) os problemas psíquicos resultantes da desumanização do negro em relação ao mecanismos de pressão psicológica e o mito de superioridade branca; c) as consequências e os efeitos da discriminação na estrutura psíquica das pessoas negras e não negras; d) a atenção aos desajustados e perturbados mentais, vitimas do preconceito e da discriminação racial por uma psicologia no plano individual – psicologia clinica – e no plano coletivo (psicologia social); e) a necessidade da psicologia agregar um dialogo interdisciplinar com áreas das ciências humanas, da saúde e da educação a fim de construir uma pedagogia transformadora das relações preconceituosas no âmbito da escola e da educação do cidadão brasileiro.

O alcance do debate critico e reflexivo destes dois mestres, como se vê, estão em plena vitalidade passados quase 20 anos da publicação destas ideias que representam um marco inaugural no campo analítico da produção da pesquisa psicológica brasileira. Cabe considerar que no período, o qual foi suprimido da analise do importante documento referencial do CFP, a Professora Aparecida Silva Bento, estava finalizando seus estudos de doutorado, já tendo passado inclusive pelos bancos da PUC/SP, em seu mestrado, sob a orientação de Fulvia Rosemberg, falecida recentemente em 2014.

No período suprimido da analise, em 2002, surge a produção que se tornou clássica na Psicologia – o livro Psicologia Social do Racismo, organizado por Iray Carone e Silva Bento. Cuja carência de novas bases de visibilidades no cenário nacional o inscreve em sua sexta edição, sendo sua ultima no ano de 2017. Apagar a década de 2000 no referente a historia produtiva da psicologia e relações raciais, é impedir que

outras publicações importantes que foram de certa envergadura para o nascimento da discussão psicológica no cenário brasileiro venham a publico, sejam publicadas como importantes refêrencias.

Apesar da conclusão retorica do documento do CFP (2017), que reproduz o já levantado em anos anteriores por outros pesquisadores no cenário da psicologia (Souza, 2003; Oliveira, 2008), vale a pena festejar e negritar a importância da primeira década de 2000 para a produção cientifica psicológica voltada para as relações raciais no Brasil.

Os festejos devem se dar, porque representam o marco inaugural dos avanços de mais de cem anos na produção cientifica brasileira sobre o negro no Brasil, e a psicologia não ficou de fora.

Neste momento, mais que apresentar as lacunas e silêncios da produção inexistente, cabe convocar os psicólogos brasileiros a debruçarem-se sobre a difícil necessidade inalienável de fazer a ponte entre a teoria e a práxis. Precisamos ser capazes – os acadêmicos – de aprender com a militância, perder a fala tortuosa e utilizar a linguagem direta indicando propostas capazes de apontar caminhos de saída (Munanga, 2000, p.13).

Neste momento que as bases da democracia brasileira estão estremecidas e há um declínio dos valores éticos e morais nas sociedades globais, os avanços das politicas publicas voltadas para a população negra no Brasil estão sob risco de extinguirem-se ou perderem sua vitalidade e possibilidade de necessários aprofundamentos na práxis efetivas desses saberes. A alteração da LDB com a lei 10.639/03, as politicas do SUS e do SUAS, o estatuto da igualdade racial, a triagem neonatal (teste do pézinho) para HbS no diagnostico da anemia falciforme, a politica nacional de humanização, a politica integral de saúde da população negra, as ações nos CAPS, nos NASFs, a organização das RAPS e a noção da clinica ampliada na interdisciplinariedade em saúde e educação, não podem se sustentar eficazmente na contemporaneidade, sem o apoio dos desenvolvimentos da pesquisa psicológica diante de um Brasil e população gigantescamente negro.

Os desenvolvimentos do trabalho dos psicólogos, negros e não negros, e seus aparatos de pesquisa psicológica nas relações raciais, serão importantíssimas para a garantia de direitos sociais e politicas publicas arduamente conquistadas pela luta dos movimentos políticos e sociais, principalmente o movimento negro.

Na entrevista de 2000, com exceção do SUS, nenhuma destas politicas existiam. Hoje, quase duas décadas passadas, o cenário do Brasil é diferente. Embora sob o risco eminente de tudo se perder, apenas a consciência politica e a práxis transformadora, como nos ensina Frantz Fanon, poderá nos reservar melhores dias. Ao menos na nossa integridade ética valorativa na critica que devemos sempre ser capazes de realizar: *a densidade da historia não determina nenhum de meus atos. Eu sou meu próprio fundamento. E é ultrapassando o dado histórico, instrumental, que eu introduzo o ciclo de minha liberdade* (Fanon, 2015, p.187).

Assim sendo, como somos por uma perspectiva ética filosófica que obedece as dimensões da ancestralidade negro africana, temos a obrigação de reverenciar e saudar aqueles que com a força de suas visibilidades já consolidadas, emprestaram sua envergadura para que outros pesquisadores de menor força, pudessem começar a surgir.

Ao resgatar a efervescente primeira década do novo milênio para a psicologia das relações raciais, estamos saudando a generosidade humana e genialidade conceitual do Professor Antonio da Costa Ciampa e a sabedoria e acessibilidade do Professor Kabengele Munanga, representada pelo ainda atual texto de quase 20 anos atrás.

A Dra. Josildeth Consorte, baiana de Salvador (ex-aluna do Professor Thales de Azevedo (do Projeto Unesco, como ela mesma gosta de dizer), radicada em São Paulo, também é ancestral importante para a psicologia. Pois seu texto escrito uma década antes da entrevista de Ciampa com Kabengele Munanga permitiu a alguns pesquisadores da psicologia compreender qual o caminho a percorrer para iniciar a pesquisa psicológica sobre assuntos da antropologia (antes dos anos 2000 era quase impossível pensar em psicologia sem estar tão intimamente ligado conceitualmente as ciências sociais e antropologia). Por isso, a pedagogia didática e conceitual de "Josi" foi também uma sustentação – um cólo – importante para os iniciantes pesquisadores da psicologia.

Nenhum campo discursivo nasce sem pai e mães. *Precisamos antes nascer para depois crescer* (Munanga, 2000). E sob esta condição os psicólogos que estudam a sociedade brasileira em suas manifestações psíquicas nas relações raciais estão providos de uma pequena, mas forte família de ancestrais.

Portanto, um mar de possibilidades se abre para nós pesquisadores da psicologia e movimento negro. O mar da *kalunga* nós o atravessamos sempre, com coragem e sem medo. Ainda é muito cedo para cantar vitórias. Mas sem duvida, em apenas cem anos de bibliografia sobre o negro no Brasil, para duas décadas de produção psicológica em relações raciais, tudo é realmente pouco, pouquíssimo.

Mas em outra perspectiva de olhar sobre os nossos corpos - *negros corpos* - o que por fim nos esforçamos por sustentar é que este pouco, pouquíssimo, é inegavelmente um bom e frutífero começo.

Nós nascemos. Corpo negro! Na psicologia brasileira. No inicio do novo milênio e cortamos os laços com as aberrações de Nina Rodrigues, em 1900. Aguas passadas! (Abre-se o novo) Movimentemos, agora, novos moinhos! Caminhos...Estradas...O mar da *Kalunga* é uma grande jornada. Ogum vai nos presentear: *e quando brotarem as flores..., e quando crescerem as matas..., quando colherem os frutos, digam o gosto pra mim!* (Ivan Lins, 1980).

Mon ultime prière: o mon corps, fais de moi toujours um homme qui interroge! (Fanon, 2015, p.188).

(Minha oração final: o meu corpo, faça-me sempre um homem que interroga!).

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Relações Raciais:* Referências Técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília, CFP, 2017.

ECHAZÁBAL, Lourdes Martinez. O Culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: Deslocamento Retórico ou Mudança Conceitual? Marcos Chor Maior e Ricardo Ventura Santos. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1996.

FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Seiul: Paris, 2015.

LINS, Ivan; MARTINS, Vitor. *Para os nossos filhos.* Musica interpretada por Elis Regina em 1980.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1996.

MUNANGA, Kabengele. Entrevista por Antonio da Costa Ciampa. In: *Revista ABRAPSO*, vol.12, 2000.

NASCIMENTO, Maria da Conceição. *Considerações sobre Racismo e subjetividade:* Problematizando P´raticas/Desnaturalizando Sujeitos e Lugares. Mestrado em Psicologia, Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. *Identidade de Jovens Negros nas periferias das metrópoles entre São Paulo e Paris*. Doutorado em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de são Paulo, PUC SP, 2008.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (organizadora). *Cenários da Saúde da População Negra no Brasil:* Diálogos e Pesquisas. Belo Horizonte, Editora UFRB e Fino Traço, 2016.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. Nossa Mundo Adulto e suas Raízes na inância: *Saúde Mental da População Negra e Indígena. Cenários da Saúde da População Negra no Brasil:* Diálogos e Pesquisas. Belo Horizonte, Editoras UFRB e Fino Traço, 2016.

OLIVEIRA, Reinaldo José de Oliveira. *A cidade e o negro no Brasil:* cidadania e território. Ed. Alameda: São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Reinaldo José de Oliveira. *Territorialidade negra e segregação racial na cidade de São Paulo:* a luta por cidadania no século XX. Ed. Alameda: São Paulo, 2017.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL – ABRAPSO. Entrevista com Kabengele Munanga., vol. 12, números 1/2, São Paulo, 2000.

SOUZA, Regina Marques de. *Sobre Crianças no Espaço Híbrido da Esperança:* Reflexões e Contribuições da Psicologia Social e da Psicanálise. Mestrado em Psicologia Social, Pontíficia Universidade Católica de são Paulo, 2003.

SOUZA, Regina Marques de; OLIVEIRA, Reinaldo José de. CORPOS EM CENA NAS METRÓPOLES GLOBAIS: MENINAS NEGRAS, PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E CINEMA. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN*), [S.l.], v. 7, n. 15, p. 175-191, fev. 2015. ISSN 2177-2770. Disponível em: <http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/120>. Acesso em: 05 mar. 2018.

Recebido em outubro de 2017
Aprovado em janeiro de 2018